

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.084 - RS (2019/0168227-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**RECORRENTE** : **CLEBER AIRTON CABRAL ZUNEGA (PRESO)**  
**ADVOGADO** : **REJANE MATTOS TEIXEIRA - RS097647**  
**RECORRIDO** : **JUSTIÇA PÚBLICA**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por **CLEBER AIRTON CABRAL ZUNEGA** contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Consta da inicial que o recorrente foi preso preventivamente no dia 15/2/2019 pela prática do crime previsto no art. 155, § 4º, I e III, do Código Penal. O Magistrado de piso indeferiu pedido de liberdade provisória formulado em favor do ora recorrente.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem, que denegou a ordem (e-STJ fl. 6).

Na presente impetração, a defesa sustenta inexistir concreta fundamentação para justificar a necessidade da custódia.

Ressalta, ainda, as condições pessoais favoráveis.

Requer, inclusive liminarmente, a revogação da prisão preventiva.

É, em síntese, o relatório.

Não obstante as razões constantes da petição inicial, o recorrente não juntou aos autos cópia da decisão que decretou a prisão preventiva e nem do acórdão ora combatido.

Ressalte-se que o rito do recurso ordinário em *habeas corpus* pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência de constrangimento ilegal imposto ao recorrente

Nesse sentido, segue a jurisprudência desta Corte:

*AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA EM*

**PRONÚNCIA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. PRETENSÃO DE SIMPLES REFORMA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.**

*1. Mantidos os fundamentos da decisão agravada, porquanto não infirmados por razões eficientes, é de ser negada simples pretensão de reforma (Súmula n.º 182 desta Corte).*

*2. Cabe ao impetrante o escoreito aparelhamento do habeas corpus, bem como do recurso ordinário dele originado, indicando, por meio de prova pré-constituída, o constrangimento ilegal alegado.*

*3. É inviável divisar, de forma meridiana, a alegação de constrangimento, diante da instrução deficiente dos autos, no qual se deixou de coligir cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do acusado, documento imprescindível à plena compreensão dos fatos aduzidos no presente recurso.*

*4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no RHC 48.939/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 23/4/2015, grifei.)*

**PROCESSUAL PENAL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. AUSÊNCIA DE PEÇA ESSENCIAL À COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. DEFICIÊNCIA NA INSTRUÇÃO QUE IMPOSSIBILITA A ANÁLISE DO PEDIDO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.**

*1. É possível receber o pedido de reconsideração como agravo regimental, dada a identidade do prazo recursal e a inexistência de erro grosseiro.*

*2. Ação constitucional de natureza mandamental, o habeas corpus tem como escopo precípua afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, cuja natureza urgente exige prova pré-constituída das alegações e não comporta dilação probatória.*

*3. Ausente cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do acusado, a cujos fundamentos o juiz sentenciante remete para negar ao réu o direito de recorrer em liberdade, mostra-se inviável o exame do alegado constrangimento ilegal.*

*4. Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental, não provido. (RCD no RHC 54.626/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 2/3/2015, grifei.)*

Entendo, portanto, não ser o caso de superação do enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente recurso ordinário em

*habeas corpus.*

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator

